

A estratégia da negociação com credores

por Cláudia Safatle
de Washington

Ontem o governo brasileiro conseguiu, em princípio, dois importantes apoios para a estratégia de negociação da dívida externa, vindos do subsecretário do Departamento do Tesouro norte-americano, David Mulford, e do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. Eles receberam, em Washington, o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, na primeira missão negociadora do governo Collor.

Tanto Mulford quanto Camdessus manifestaram a Kandir o endosso a três questões de princípio da negociação externa: 1) o acordo "standby" junto ao FMI, que deverá abranger o prazo de dezoito meses, começa a ser negociado sem a premissa do pagamento de parte dos juros atrasados aos bancos privados credores do País; 2) além de desconectado da

dívida vencida, o acordo com o Fundo deverá ser elaborado o mais rápido possível; 3) e a discussão em torno da redução do estoque da dívida externa brasileira deve ser considerada em torno de soluções "definitivas e duradouras", segundo Kandir.

O subsecretário do Tesouro dos EUA não fez declarações à imprensa, mas, segundo Kandir, "fui autorizado por ele a tornar público esse apoio ao plano de estabilização", que entra, agora, na fase de remoção do gargalo externo, ponto fundamental para uma possível retomada do crescimento econômico nos próximos anos.

Apesar de o FMI estar disposto a negociar um acordo sem que o governo brasileiro manifeste qualquer disposição de quitar uma parte dos atrasados aos bancos privados, que no final deste ano atingirão quase US\$ 10 bilhões, há, no âmbito da instituição, quase uma certeza de que o Brasil acelerará seus contatos com os banqueiros

credores, em busca de uma solução.

Kandir acentuou que os atrasados farão parte da negociação global da dívida externa. Uma fonte qualificada do FMI lembrou a este jornal que, no caso da Argentina, o acordo com o FMI só foi assinado depois que o governo daquele país acertou com os credores privados um pagamento simbólico, de cerca de US\$ 40 milhões. Isso não significa, porém, que o mesmo tratamento tenha que ser dado ao Brasil, necessariamente.

No primeiro passo concreto dado ontem em direção a um acordo com o FMI — e a missão técnica do Fundo deve desembarcar em Brasília na primeira semana de agosto — ficou garantido ao secretário de Política Econômica que "em nenhuma hipótese o processo de negociação com os credores privados deverá criar empecilhos à elaboração do acordo com o Fundo", segundo disse o próprio Kandir.

Mas a pressa em iniciar as conversações com os banqueiros privados também foi assinalada por ele: "São dois processos desconectados — uma coisa é analisar e aprovar o plano de estabilização, outra coisa é iniciar uma discussão com um conjunto de credores com interesses diferenciados.

Mas nós temos interesse de que esses dois processos fluam o mais rápido possível", disse, em entrevista na sede da embaixada brasileira. Assinalou ainda: "Se optamos por uma economia moderna e integrada ao resto do mundo, seria incoerente considerar a hipótese de uma situação não-negociadora com os bancos". Lembrou, também, que

(Continua na página 22)

Para normalizar as relações com os credores que têm assento no Clube de Paris, o governo liberou totalmente da centralização cambial as operações de pagamentos de juros e amortizações devidos às agências oficiais de financiamento, envolvendo contratos firmados depois de 31 de março de 1983. A medida coincidiu com a visita da ministra Zélia Cardoso de Mello ao organismo.

(Ver página 22)

A estratégia da...

por Claudia Safatle
de Washington
(Continuação da 1ª página)

"a linha que preside os atos deste governo é que só se tomam decisões se elas forem definitivas, e não apenas se representarem soluções parciais".

Do encontro com Camdessus, segundo Kandir, ficaram assegurados dois pontos básicos: 1) Concretamente, iniciou-se a negociação de um acordo, ontem, cujo maior dividendo será o endosso da instituição ao programa de estabilização do governo brasileiro. Negociação que, se atingir um bom termo, reabrirá as portas de financiamentos internacionais de governos e voltará a fazer com que o País atraia os investimentos estrangeiros, acredita Kandir. 2) Embora em segundo plano, mas certamente alentador, é o fato de que um acordo "stand by" poderá representar um aporte de recursos de, no mínimo, US\$ 1,4 bilhão, liberados em "tranches" trimestrais, conforme o cumprimento das metas econômicas.

De 1984 para cá o Brasil pagou, liquidamente, ao FMI a quantia de US\$ 4 bilhões. Isso significa que as negociações tentadas nesse período foram insuficientes para garantir mais financiamentos do que o governo brasileiro pagou ao FMI de juros e amortizações.

"Queremos reverter essa situação ainda neste ano e estamos solicitando que o FMI nos dê pelo menos o mesmo que a Argentina conseguiu obter, o equivalente a 70% das cotas", observou o secretário.

Na tarde de ontem, já com o acerto político feito

com Camdessus, a missão técnica que acompanha o secretário de Política Econômica iniciou seus trabalhos junto aos técnicos do FMI, que devem viajar a Brasília na primeira semana de agosto, chefiados por Thomas Reichman, da divisão do Atlântico do FMI.

A expectativa é de que, em meados de outubro, a carta de intenções esteja assinada e uma negociação com os bancos privados já razoavelmente encaminhada.

A diferença entre a negociação externa que começa agora e as conduzidas por governos anteriores é nítida. "Estamos iniciando as conversas diante de fatos objetivos e não diante de intenções", assinalou Kandir. A determinação do governo Collor de Mello de estabilizar e modernizar a economia brasileira dá um bom empurrão nesses acordos.

Na pasta que entregou ontem ao diretor-presidente do FMI estão listados todos os objetivos de curto e médio prazo, uma avaliação de conjuntura que mostra, por índices e gráficos, uma retração no movimento altista de preços; os dados sobre a execução da política monetária até agora; as metas do superávit operacional, de 1,22% do PIB nas contas do setor público para este ano, entre outros.

Com base nessas informações fornecidas pelo governo brasileiro, os técnicos do FMI vão esmiuçar conta por conta, para assegurar a consistência das metas de política econômica que fundamentarão a carta de intenções e o memorando técnico que será montado como base do acordo "stand by".